

A DEFESA DA VIDA ; COMO UMA GRANDE ESCOLA LITERARIA

O sonho da década de 70" mudar o estado Brasileiro" 'tiralo' da ditadura militar e transformar em uma sociedade democrática cheia de justiça social .

INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

A década de 80 transformamos o sonho em consenso , fizemos a constituição do Brasil ,traduzindo quase tudo o que sonhamos em sonho coletivo .

CONSTRUÇÃO

A década de 90 teríamos uma tarefa difícil ;mudar a nossa cultura em vários aspectos como agentes transformadores .

COMO FAZER?

Primeiro : Sair do campo da denúncia .

Segundo : Planejar e ensinar como executar sem ser confundido pelo Estado e como Estado .

Terceiro : Proliferar no povo deserdado a crença de lutar por direito permanente e universal .

Quarto : Combater a cultura do financiamento do favor com o recurso público . A Cultura que alias é a responsável pela cultura de propinas .

DEPOIS DO SONHO A REALIDADE

Estamos na década de 90 ; o sonho da década de 70 não foi envão , muitas coisas vão acontecendo no Brasil , podemos dizer que se olharmos para a década de 70 nos ja mudamos o Brasil em 30 % do que precisamos mudar .

O PLANEJAMENTO DE TATICAS DEVE SER EFICIENTE

Porém os 70% que faltam para mudar é necessário sermos mais disciplinados se queremos continuar ao menos com os 30 % conquistados .A lei da natureza é antiga e não tem errado muito quando diz que toda ação altárativa sofre uma ação pelo comodismo . Esses quase trinta anos pós ditadura militar , conseguimos levar o povo a participar mais que antes , porém somos poucos , á uma ação contraria ao progresso e neste momento de recesso ,desemprego e miséria tornam o povo vulnerável , e porque não dizer ,o povo que tem sido enganado por todos os tipos de promessa que terminam no dia seguinte que o que promete consegue o que almeja .

PRECISAMOS APRENDER QUE:

No processo de construção do novo, vale mais a convivência com as divergência, do que com o consenso, Basta partir do principio que santo de casa não faz milagre ou que o consenso as vezes é burro .

É necessário inclusive perceber que em determinadas horas é bom negocio anarquizar os planos que não demonstram mudanças para que seus mentores tenha a oportunidade de repensar os objetivos e ver se eles estão corretos com a realidade ou onde precisa de sofrer adequação .

OS 3 ELEMENTOS QUE PRECISAM SER CONTROLADOS PELA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COM MAIS ATENÇÃO E COM AÇÃO COORDENADA :

PODER DISCRICIONARIO

10- O poder discricionário dado aos municípios vem atrasando e pode prejudicar muito a participação do povo no processo de transformação cultural do uso e costume .

Porque : em muitos municípios o poder ainda está absolutamente na mão dos prefeitos e legislativos e que conta com a convivência do judiciário ,que faz valer o corporativismo e a ditadura da tecnocracia .

Como : Em muitos municípios os administradores não perceberam que povo participando é símbolo de realização e reconhecimento da administração .

O que fazer : identificado estas situações pela sociedade civil ,é necessário ações mais articuladas para se intervir no processo evitando assim um campo de batalha que termina desviando a atenção da sociedade em momentos estratégicos de crescimento e perspectivas .

ORÇAMENTO PÚBLICO .

20- Não permitir que na formação da paridade nos conselhos gestores , o governo faça cooptação da sociedade civil .

como acontece : Em muitos municípios não tem entidades ou organização da sociedade civil ,termina entrando para representar a sociedade civil funcionários

de creches e escolas públicas que termina representando a vontade do governo local e não as possibilidades de transformação ou mudança dos usos e costumes. Outros lugares são ocupados por grupos de entidades que são da sociedade civil conveniada com a prefeitura, e que por ser financiada pelo prefeito termina se tornando refém ou seja faz o que a prefeitura manda fazer, e como se não fizer tem os seus recursos ameaçados, termina cedendo.

Neste caso pode estar condenado às possibilidades de mudanças, porque no Brasil tudo pode; menos discutir a aplicação do orçamento público pelo povo, ponto determinante para construção de justiça social.

Termina o orçamento sendo discutido na Câmara dos 'Vereadores' e no gabinete do prefeito e Governador, o que representam apenas interesses de alguns, daí que a lógica do plano de prioridades tem um corte e um endereço, o grupo que está no poder.

Uma das formas de alterar: Uma das formas de alterar esse quadro é fazer valer a democracia participativa, só muita gente envolvido vai mudar essa página da história que tem como predomínio a discriminação em nome da capacidade técnica, ou da sabedoria, o que não pode ser privilégio de alguns, quando se trata de sobrevivência da espécie humana com igualdade e dignidade.

O FUNDO PARA A INFÂNCIA (FIA).3o- O fundo dos direitos da Criança e do Adolescente ou (FIA) como é chamado em alguns estados do Brasil é a grande novidade para implementação da democracia participativa a qual pressupõe investimentos na formação e capacitação do povo que ficou fora dos meios de formação que proporcionem o entendimento e exercício da cidadania plena.

Esse aspecto nos leva a não permitir que essa possibilidade seja mais uma vez levado para o campo da discriminação social em nome da competência técnica para administrar recursos públicos.

Vamos separar de uma vez por todas os papéis sociais, o técnico tem o seu espaço que é de execução.

A comunidade tem o papel de definição de prioridade, se olharmos pela lógica de que, quem paga tem o direito de escolher a qualidade do produto e em se tratando de construção do futuro o qual é o nosso objetivo a comunidade exerce o papel de engenheiro e os técnicos são os pedreiros.

É o povo humilde que tem dado grande exemplo de administração e não é valorizado. Alguns exemplo: uma família com 5 pessoas e que tem como renda familiar 150,00 Reais por mês e consegue criar os filhos. Tendo como administrador alguém que nunca teve aula de administração. Se essas pessoas tiverem espaço para participar do plano de aplicação dos recursos públicos. Haveria tantos desvios de dinheiro público ou as vezes má aplicação? Como resolver: Defender no CMDCA e no C T, que os recursos do FIA seja aplicado com maior proporção para formação e capacitação da comunidade para implantar a Democracia participativa, ou seja facilitar absolutamente a participação do povo nas decisões do poder público sobre tudo na aplicação e planejamento das ações públicas.

João de Deus do Nascimento - pela

Coordenação Estadual do Movimento Nacional de meninos e Meninas de Rua MNMMR

Rua Santa Davina 284 – fone 65810048 – São Paulo

Seminário sobre o processo de eleição da sociedade civil

Nos conselho dos direitos da criança e do adolescente – 01/07/99.